

Campanha Salarial

SAEP fará reuniões com trabalhadores nas instituições de ensino

Começa a campanha salarial 2011. SAEP fará mobilização nas instituições, a fim de garantir a reposição das perdas inflacionárias, com aumento real de salário, conquista do tíquete alimentação, manutenção da bolsa de estudo e melhores condições de trabalho. O resultado dessa batalha vai depender do nível de participação da categoria.

Página 2



Fotos: Daiana Lima

Reunião do Saep na UDF em 2010

8 de Março

Entrevista

“Queremos um projeto para contribuir com a inserção da mulher no Distrito Federal”

Páginas 4 e 5



Secretária da Mulher Olgamir Amância

SALÁRIO MÍNIMO

Lei 12.382/11 determina política de recuperação e atualização do piso nacional no período de 2012 a 2015

Página 7

CONVÊNIOS

Veja as parcerias feitas entre o Sindicato e empresas que poderão contribuir para melhoria da qualidade de vida dos auxiliares

Página 8

Campanha salarial: SAEP propõe inovação

Iniciado o ano, reavivamos nossas expectativas por melhores relações de trabalho. Isto quer dizer, melhores salários e condições de trabalho. Com base neste binômio, propomos uma inovação, a fim de garantir um acordo melhor com os patrões.

Trata-se de fazer assembleias para discussão da pauta salarial nas instituições.

Ao inovar e propor a realização dessas assembleias queremos dividir responsabilidades e mostrar a importância da participação da categoria nesse processo de negociação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

Nessas assembleias, queremos debater e mostrar que o único meio de obter ganho real, além da reposição da inflação, e outros benefícios, é a organização dos trabalhadores, com o conseqüente fortalecimento do Sindicato.

Do contrário, nada teremos além do que já é garantido – a reposição das perdas corroídas pela inflação ao longo de 2010.

Nosso objetivo é obter mais do que

apenas as perdas salariais.

Propomos um diálogo sobre a estruturação do Sindicato e seu fortalecimento em bases estáveis. Para alcançar estes objetivos é necessário que a categoria fortaleça a entidade, se filiando, a fim de dar-lhe sustentação orgânica e financeira.

Não há outro caminho para alcançar

estes objetivos: aumento real de salário; obtenção de benefícios como o tíquete alimentação, tão desejado pela maioria dos trabalhadores técnicos administrativos.

Estas conquistas passam, necessariamente, pela organização da categoria com o conseqüente fortalecimento

do Sindicato, enfatizamos.

É um grande erro pensar que os patrões oferecerão melhores salários e condições de trabalho só porque reivindicamos.

Ou conquistamos isto com a mobilização da categoria ou teremos novamente apenas o que já está garantido pela tradição das negociações.

O resultado dessa batalha dependerá do nível de sua participação.

Propomos um diálogo sobre a estruturação do Sindicato e seu fortalecimento em bases estáveis

Agenda dos trabalhadores e o novo Congresso

A nova legislatura no Congresso, iniciada em 2 de fevereiro, traz grandes desafios para os trabalhadores e o movimento sindical.

Segundo levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), um em cada dois parlamentares se declara empresário.

Isto significa que 48% dizem ser proprietários ou sócios de algum estabelecimento comercial, industrial, de prestação de serviços ou dono de fazenda.

Os movimentos sociais negociarão a agenda dos trabalhadores com a maior bancada empresarial das duas últimas décadas, de acordo com o Diap.

Veja os principais destaques da agenda sindical no Congresso:

1. Fim da demissão imotivada: adesão do Brasil ao texto da Convenção 158, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que impede as empresas de demitirem sem justa causa;

2. Jornada de trabalho: proposta de emenda à Constituição que reduz a jornada de 44 para 40 horas semanais;

3. Terceirização: mensagem presidencial que pede a retirada do projeto de autoria do ex-presidente FHC, que trata de terceirização de mão de obra; e

4. Licença-maternidade: proposta de emenda à Constituição que estabelece de forma compulsória a ampliação da licença para 180 dias.



SCS, Q. 1, Bl. K, Sl. 202
Ed. Denasa, Brasília-DF
CEP: 70398-900
Telefones:
(61) 3034-8685 / 9176-5902
Fax: (61) 3034-8688
Endereço eletrônico:
atendimento@saepdf.org.br
Site: www.saepdf.org.br

DIRETORIA
Presidente:
Maria de Jesus da Silva

Flávio César de Oliveira
Idenes de Jesus Cruz
Edimar de Souza Lopes
Jeferson de Souza Silva
José Edvaldo dos Santos
José Marcelo Martins

Mário Souto Lacerda
Merilene Pinheiro
Milton de Lima Ribeiro
Ozair Nunes Rosa
Valcirene Pereira Dias
Wagner dos Reis Ferreira
Willian Martins de Souza

Edição: Marcos Verlaine
Jornalista responsável:
Daiana Lima
Estagiário: Renato de Souza
Diagramação:
F4 Comunicação
Impressão: Stephanie
Gráfica e Editora Ltda.
Tiragem: 6 mil exemplares

Fale com os diretores do SAEP

Para melhorar e facilitar o contato dos auxiliares em educação com os diretores do Sindicato, nesta edição do informativo Notícias do SAEP colocamos disponível os números dos celulares dos dirigentes da entidade:

Presidente:

■ Maria de Jesus: 9176-6119

Diretores:

■ Idenes Cruz: 9176-6106

■ José Edvaldo: 9333-4799

■ Mário Lacerda: 9176-7694

■ Ozair Nunes: 9249-8813



2010 é marcado por conquistas e organização dos auxiliares de ensino

Desta forma, o resultado que se pode comprovar é a ampliação de conquistas e a contemplação de muitas reivindicações dos trabalhadores

No ano em que o SAEP completou cinco de fundação, em 2010, a categoria dos auxiliares de administração escolar do Distrito Federal, junto com o Sindicato, pode conferir um grande avanço na luta pelos interesses dos trabalhadores do setor privado de educação.

A atual diretoria do SAEP impulsionou, significativamente, os trabalhos do Sindicato na base, com frequentes visitas às instituições de ensino, fiscalizou e denunciou inúmeros desrespeitos aos direitos trabalhistas e, em alguns casos, péssimas condições de trabalho.

E não para por aqui. Ao divulgar o trabalho desenvolvido pela direção sindical, e aproximar a categoria do Sindicato, o SAEP conheceu mais e melhor as necessidades dos auxiliares de educação.

Denúncias, reclamações, dúvidas e reivindicações da categoria fazem parte da luta cotidiana dos diretores.

Como resultado deste trabalho e, principalmente, com a organização dos auxiliares em seus locais de trabalho, o Sindicato aumentou em mais de 400% o número de filiados.

Este crescimento não foi gratuito. É resultado de muito trabalho dos dirigentes sindicais comprometidos com a luta da categoria.

Desta forma, o resultado que se pode comprovar é a ampliação de conquistas e a contemplação de muitas reivindicações dos trabalhadores. Como no caso da *Creche Espaço do Saber*, no Guará, onde as auxiliares de ensino receberam aumento salarial de 5%, além das conquistas que virão com a negociação da Convenção

Coletiva de Trabalho (CCT).

Trabalho de base

Além disso, os diretores do SAEP têm procurado, constantemente, o Ministério Público do Trabalho, e outros órgãos de defesa do trabalhador, para denunciar instituições que têm tratado os empregados de forma desrespeitosa, descumprindo os direitos trabalhistas, burlando a lei e, muitas vezes, transformando o local de



Reunião do SAEP com auxiliares do Espaço do Saber

trabalho em verdadeira senzala.

O Sindicato não tem se calado diante de irregularidades como estas, pelo contrário, tem dito a que veio; tem mostrado que trabalhador organizado tem força e conquista direitos.

"O SAEP tem incomodado tanto nesses cinco anos que tem empregador que organiza os trabalhadores para enfraquecer o Sindicato. Por que será que o patrão nos 'organiza' contra nós mesmos? Porque organizados somos mais fortes", ressaltou o diretor Mário Lacerda.

O ano de 2010 foi, realmente, um ano

de conquistas e ampliação de trabalho do Sindicato.

Além do contato direto com o trabalhador nas instituições, o SAEP utiliza diversos meios digitais para se aproximar da categoria.

O site do Sindicato é uma das formas de divulgar todos os trabalhos da diretoria da entidade, de orientar os auxiliares de ensino e de facilitar o acesso dos trabalhadores à diretoria do SAEP, onde coloca disponível espaços para denúncias (anônimas ou não), reivindicações ou qualquer fato que a categoria quiser informar ao Sindicato.

Diariamente, são recebidos pelo endereço eletrônico vários pedidos de reunião, denúncias, dúvidas, filiação e informações sobre o dia a dia nas instituições de ensino.

O que isto significa?

Significa que os auxiliares em educação entenderam a importância de se organizarem em uma estrutura criada para defender seus direitos e interesses.

Revela, também, que os trabalhadores estão participando mais do Sindicato.

Se uma instituição tem irregularidades, o que deve ser feito? É preciso denunciar e chamar o Sindicato para combater esse tipo de prática.

Mas, só isto não basta, é fundamental que os trabalhadores se filiem ao SAEP para estruturá-lo e fortalecê-lo. Somente com o fortalecimento do Sindicato será possível mudar a realidade dos trabalhadores e acabar com as precárias relações de trabalho e emprego nas instituições de ensino do DF.

Conquistas da categoria desde a criação do SAEP

EDUCAÇÃO BÁSICA

Antes do SAEP

- Piso de R\$ 390

Com o SAEP

- Abono salarial
- Recomposição plena do INPC
- Ganho real
- Piso atual de R\$ 550
- Redução do banco de horas de 100 para 80 horas
- Manutenção da bolsa de estudos
- Assessoria jurídica
- Estabilidade pré-aposentadoria
- Convênios
- Audiências no MPT para denunciar irregularidades
- Bolsas de estudo
- Acordos coletivos

ENSINO SUPERIOR

Antes do SAEP

- Bolsa de estudos de 50%
- Piso de R\$ 380
- Banco de Horas de 100 horas

Com o SAEP

- Bolsa de estudos de 70 a 85%
- Piso atual de R\$ 600 e R\$ 650 para função que exige ensino médio
- Redução do Banco de Horas para 70 horas
- Recomposição plena do INPC
- Abono salarial
- Criação da Cipa
- Multa escalonada, além dos juros legais, por atraso de salário
- Estabilidade pré-aposentadoria
- Implantação e ampliação do abono das faltas
- Acordos coletivos

Entrevista especial com a secretária de Estado da Mulher

Secretária fala sobre Projeto Rede Mulher Cidadã lançado neste mês, com programas que se estenderão por todo ano

Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, 8 de março, a 11ª edição do informativo *Notícias do SAEP* traz uma entrevista especial com a primeira secretária de Estado da Mulher do Distrito Federal, Olgamir Amância Ferreira, nomeada em fevereiro deste ano.

Olgamir participa da União Brasileira de Mulheres desde sua fundação, em 1988. Desde então, tem reafirmado sua luta pela emancipação das mulheres do DF.

É mestre e doutora em Políticas

Públicas e Gestão da Educação pela Universidade de Brasília (UnB), instituição onde leciona no curso de Formação de Professores em Ciências Naturais.

Além disso, a secretária atuou 30 anos como professora de matemática na Secretaria de Educação do DF.

A Secretaria de Estado da Mulher foi criada pelo atual governador do DF, Agnelo Queiroz (PT), com o objetivo de implementar políticas públicas para as mulheres.

Leia abaixo entrevista com a secretária da Mulher:



SAEP: Secretária, como está a estruturação da Secretaria da Mulher?

Olgamir Amância: Esta Secretaria é nova e o governador a criou com uma estrutura reduzida, não só a Secretaria da Mulher, isso vale para as outras secretarias também. Mas, ela tem a perspectiva de assumir uma estrutura capaz de atender às demandas. É importante que isso fique bem claro. Fizemos uma pesquisa geral sobre a situação da mulher no DF e apresentamos o diagnóstico e uma proposta de estrutura capaz de responder ao diagnóstico para o governador. Estamos aguardando parecer do governo e temos uma expectativa de que seja atendida a proposta que fizemos.

SAEP: Quais propostas fazem parte dessa nova estruturação?

Olgamir: Nós trabalhamos com uma proposta geral, uma proposta enxuta, como é orientação do governador, mas capaz de dar conta da tarefa que está colocada no decreto da secretaria. Primeiro é a formulação de políticas para as mulheres no DF, segundo é a proteção e a garantia de direitos. Considerando estes dois vetores nós entendemos que a proposta que apresentamos, ainda que reduzida, é a que tem mais condições objetivas de responder aquilo que o governador colocou como tarefa para a Secretaria.

SAEP: Como serão desenvolvidos estes projetos no DF?

Olgamir: Estamos trabalhando com cinco áreas básicas que con-

sideramos fundamentais. Quais sejam:

Emprego e renda: a primeira delas é a questão de renda, temos que discutir a inserção da mulher no mercado de trabalho, rompendo com a lógica de discriminação existente. No DF, para se ter uma idéia, mesmo com o índice de escolaridade em mestrado e doutorado ser maior entre as mulheres, isso não significa que nós temos mais mulheres nos postos de trabalho correspondente àquele índice de formação. Trabalho também é autonomia da mulher, não tem como falar em autonomia da mulher se ela tem dependência concreta em relação a sua renda.

Saúde: outro foco é na área da saúde da mulher. Estamos acompanhando os passos que o DF está dando para resgatar a saúde dessa situação calamitosa. Queremos que a política de saúde contemple o viés feminino. Nesse sentido, o acompanhamento à saúde da mulher tem que ter essa referência.

Educação: outro vetor que estamos tratando com muita força é a educação. Esta é uma política que consideramos fundamental e

estamos trabalhando com alguns desdobramentos. A primeira é garantir que na educação básica a questão de gênero seja tratada. A Lei Maria da Penha, a submissão da mulher, a invisibilidade da mulher na sociedade e as práticas discriminatórias que muitas vezes a própria escola reproduz. Muitas vezes observamos que no currículo

escolar, nas manifestações que escola realiza, no próprio texto do livro didático, você encontra a reprodução da perspectiva machista, patriarcal, de dominação, no âmbito da escola. Ainda no século 21, na sala de aula, tem um discernimento de que há cores para meninas e cores para meninos, brincadeiras de meninos e brincadeira de meninas. Essa é uma dimensão que a escola precisa ajudar a superar, que precisa enfrentar esse debate, ela precisa incorporar isso no seu cotidiano. A questão da violência contra a mulher precisa estar lá, no contexto escolar. Mas não é só, precisamos investir também na formação dos professores, que muitas vezes têm uma formação contaminada por esses valores, dessa cultura de dominação, para que não reproduzam no interior da escola o que a sociedade tem reproduzido historicamente. Não tem como pensar em mudanças na sociedade sem educação, sem a

escola essa construção dificilmente acontecerá.

Creche: a escola tem outra dimensão que também precisamos tratar que é a creche. Precisamos garantir a creche, porque Brasília tem de um número reduzidíssimo de creches públicas. Hoje tivemos um grande avanço ao trazer a creche da esfera da assistência para a esfera educacional. O governo está dizendo com isso que educação, desde o berço, é um direito de todos. Mas, também, precisamos trabalhar a creche na dimensão da mulher. A creche precisa ser pensada e a sua gestão trabalhada de forma que também contemple as mães. O que é uma gestão que contemple as mães? É uma gestão que organize o tempo de atendimento garantindo a liberação das mulheres não só para o mercado de trabalho. É claro que ter a creche como um equipamento público que possibilite a mulher ir para o mercado de trabalho é importante. Mas não basta. Nós precisamos da creche como espaço que garanta à mulher poder ir para o mundo. Para a mulher poder estudar, agir no mundo, se interar, para a mulher ter outra atividade, ter lazer, cuidar de si. A política de creche não pode ser tratada apenas como política educacional. Ela precisa ser tratada como política que permita a liberação e autonomia das mulheres para se inserir no mundo nos diferentes espaços sociais.

Violência: outra dimensão que precisamos enfrentar é a violência. Do ponto de vista da violência tivemos um grande avanço que foi a Lei Maria da Penha, que estabe-

Temos um conjunto de atividades para o mês de março, de forma que vamos atuar desde o primeiro dia do mês até o último dia

leceu a violência doméstica como crime. Temos hoje outra realidade se considerarmos a história da mulher. E a Lei Maria da Penha é um marco na história da mulher. A dominação da mulher, mesmo num espaço privado, é também de responsabilidade do Estado, que precisa interferir e agir. O DF registra hoje o maior número de denúncias de violência doméstica pelo [telefone] 180, que é o disque denúncia. No ano passado tivemos 7 mil denúncias. Mas, isto não significa que Brasília é a região mais violenta. Entretanto, isso nos alerta que o índice de violência no DF é muito elevado. Nossa situação é grave e precisa ser enfrentada. Já estamos articulando para que a rede de atendimento à mulher funcione a contento, estamos atuando em parceria com as polícias Civil e Militar, com a educação, saúde. Precisamos atender as mulheres nas várias dimensões - psicológico, saúde e assistência educacional e social. Estamos em busca da construção de uma rede real de atendimento à mulher, para que ela tenha suporte no hospital, na escola, na delegacia ou onde quer que ela chegue. Para uma parcela representativa da sociedade ainda falta clareza da proteção que o Estado oferece.

SAEP: Como é a inserção da mulher nos espaços políticos?

Olgamir: Consideramos um eixo fundamental a participação política e empoderamento da mulher. Nós temos que trabalhar no sentido de instituir as cotas de participação da mulher nos espaços de gestão. No DF, temos o maior índice de escolaridade da mulher, mas, não necessariamente ocupamos os espaços de poder. É comum você chegar em empresas ou órgãos do governo e a maior

quantidade de cargos de gestão ser ocupados por homens. Até pode acontecer de alguém chegar e dizer 'olha secretária, no meu órgão tem mais mulheres do que homens'. Ok, parabéns, que bom. Só que quando você vai examinar, as mulheres estão nos cargos operacionais, nas tarefas executivas, garantindo inclusive ao gestor as condições de fazer a gestão. Não basta que o órgão tenha a presença feminina, é importante que as mulheres ocupem espaços de decisão, de visibilidade; pois estamos reproduzindo nos espaços públicos aquilo que é reproduzido na sociedade, que é a mulher não ter visibilidade, ela fica no órgão público, mas atuando nos setores invisíveis socialmente falando. Precisamos garantir a participação política da mulher para mudar isto.

SAEP: Existe algum projeto da Secretaria para fazer parceria com os movimentos sociais?

Olgamir: Não temos nenhuma dúvida de que essa Secretaria só conseguirá avançar se fizer parcerias com os setores organizados da sociedade. Nesse sentido, já começamos a dialogar em várias áreas dos setores organizados da sociedade para discutir não só as ações de março, mas da política. E aí tem uma questão, já no 2º semestre do ano, serão realizadas conferências para a preparação da Conferência Nacional das Mulheres e o movimento social vai contribuir muito para garantirmos a participação das mulheres do DF nos espaços da conferência para pautarmos suas demandas.



Secretária de Estado da Mulher do DF, Olgamir Amâncio

Então, o movimento social está chamado a participar com a Secretaria da conferência, que por meia dela temos elementos para a construção do plano anual da Secretaria. E mais, temos também a reestruturação do Conselho de Mulheres do DF. A idéia é reformularmos o conselho atual garantindo uma estrutura capaz de abrigar a representação real do movimento feminista e que o conselho seja um espaço de interlocução e acompanhamento das políticas. Na reformulação do conselho queremos que sejam instalados conselhos em todas as cidades de Brasília. E quem é que vai fazer parte do conselho? É a sociedade organizada em torno da luta feminina. Então, a participação dos movimentos sociais é extremamente importante. O SAEP, por exemplo, é um sindicato que está comprometido com luta da sociedade em geral, das mulheres em particular, pois o movimento sindical é uma área extremamente conservadora também, porque é uma área da sociedade, e é uma sociedade machista, com denominação do

masculino e o SAEP é dirigido desde o nascimento dele por uma mulher. Isso é importante registrar.

SAEP: Qual a programação para o mês das mulheres?

Olgamir: O [dia] 8 de Março é um marco na história de lutas das mulheres e deve ser reiteradamente destacado, comemorado. Nós estamos fazendo uma articulação, aí entra também a Secretaria

de Cultura, para que as atividades em comemoração ao [dia] 8 de março ocorra durante todo o mês. É o que estamos chamando de Março Mulher, em sintonia com o governo federal com a campanha Mulher que Muda sua História, Muda a História do seu País. E parafraseando a campanha nacional, criamos a campanha Mulher que Muda sua História, Muda a História do Distrito Federal. Temos um conjunto de atividades para o mês de março, de forma que vamos atuar desde o primeiro dia do mês até o último dia, com o projeto Rede Mulher Cidadã, que faz parte do Março Mulher e tem como objetivo propiciar às mulheres e seus familiares serviços que garantam direitos, como emissão de carteira de identidade, consultas médicas, assistência jurídica, palestras, oficinas e momentos de lazer. É de interesse da Secretaria da Mulher garantir a participação das Secretarias, administrações e órgãos do GDF. A programação em homenagem ao dia 8 de março deve se estender por todo ano e toda a comunidade será convocada para participar.

Condições de Trabalho

A importância dos acordos coletivos

Além da Convenção Coletiva existe o mecanismo do acordo coletivo para atender às reivindicações dos trabalhadores

O SAEP assina periodicamente acordos coletivos com as instituições de ensino com o intuito de melhorar as condições de trabalho e emprego e a qualidade de vida dos trabalhadores em educação.

Para ampliar os direitos dos trabalhadores é enviada às instituições minutas de acordos coletivos que incluem, dentre outras negociações importantes, o auxílio alimentação e a regulamentação do Banco de Horas, pois este, em alguns casos, é usado para burlar o pagamento da hora extra.

O Sindicato entende que o Banco de Horas pode ser uma forma de assediar materialmente o salário do empregado, subtraindo-lhe o pagamento das horas extras trabalhadas, de sorte que também

seria uma forma de assediar moralmente a auto-estima do trabalhador.

O acordo coletivo amplia os direitos conquistados na Convenção Coletiva e é assinado pelo SAEP e pela empresa que tem a obrigação de respeitar as regras ali estabelecidas.

Segundo a presidente do Sindicato, Maria de Jesus da Silva, é grande a dificuldade em se firmar acordos coletivos para atender às reivindicações dos trabalhadores, pois muitas vezes, mexem no bolso do empregador.

"Tal dificuldade é superada com o aumento de profissionais auxiliares de ensino filiados, pois a filiação fortalece o trabalhador e o Sindicato", disse a presidente.

Maria de Jesus sustenta ainda que a filiação reforça a conquista de direitos.

"Os auxiliares de educação devem se convencer da importância de se filiar ao Sindicato, pois, com um número maior de associados, teremos mais força nas negociações dos acordos coletivos. Categoria organizada é categoria filiada", ressaltou a presidente do SAEP.

Recentemente o SAEP encaminhou propostas de acordos coletivos para várias instituições, tais como: Colégio Marista, Colégio Ciman, Sistema COC de Ensino, UCB, Unieuro, Unip, Uniplan, IBPG, Unicesp, Ceteb, Alvorada, Colégio Mackenzie dentre outros.

Colega, procure o SAEP para apresentar suas reivindicações, que o Sindicato buscará condições para se formatar um acordo coletivo com a sua instituição.

SAEP leva assédio material para debate nacional dos técnicos administrativos

Diretor Mário Lacerda fez exposição acerca do tema e apresentou propostas em âmbito nacional. Banco de Horas e identidade da categoria também foram discutidos no encontro

A 5ª edição do Encontro Nacional dos Trabalhadores Técnicos Administrativos, realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), nos dias 21 e 22 de janeiro, em Brasília, discutiu temas relevantes para a categoria.

Cerca de 25 entidades sindicais de todo País estiveram representadas no encontro.

Os diretores do SAEP participaram de todo o evento, contribuindo para as discussões dos anseios e necessidades da categoria.

A mesa de abertura foi composta pela presidente do SAEP, Maria de Jesus da Silva, pela secretária de Estado das Mulheres do DF, Olgamir Amâncio, pelo presidente do Sinproep, Rodrigo de Paula, e pelo presidente da Fitrae-BC, Geraldo Profírio.

O diretor do SAEP ressaltou que esse tipo de assédio faz com que um grupo de privilegiados aproprie-se da única riqueza que o trabalhador possui, que é a força de trabalho

Assédio material

O tema que mais repercutiu no encontro foi a questão do assédio material nas instituições de ensino, tratado pelo diretor do SAEP Mário Lacerda, palestrante do evento.

Lacerda, que também é professor e advogado, falou sobre esse novo tipo de assédio que, cada vez mais, se torna presente nas relações de trabalho dos técnicos administrativos nas instituições de ensino.

"Assim como o assédio sexual e o assédio moral, a mulher e o homem podem sofrer, no local de trabalho, outro tipo de humilhação, que é o assédio material", explicou Lacerda.

O diretor do SAEP ressaltou que esse tipo de assédio faz com que um grupo de privilegiados aproprie-se da única riqueza que o trabalhador possui,



Foto: Divulgação

que é a força de trabalho. "[O assédio material] No que tange ao Banco de Horas, é a exposição dos trabalhadores a situações de apropriação indébita sem qualquer remuneração nas horas extras trabalhadas, repetitivas e prolongadas vezes durante o contrato de trabalho", acrescentou Lacerda.

Valorização e identidade

O 5º Encontro Nacional também foi marcado pela busca da valorização dos trabalhadores e a definição de uma identidade da categoria.

"Os auxiliares são vis-

tos como subsidiários de alguém, mas o auxiliar de limpeza é auxiliar de quem? Ele simplesmente é o responsável pela limpeza, e assim segue, não somos auxiliares, e sim, responsáveis pelas áreas administrativas das instituições", ressaltou Mário Lacerda, diretor do SAEP.

Foi sugerido, inclusive, a mudança do nome da categoria, de auxiliares em administração para técnicos administrativos.

Também foi debatido no encontro o tema "saúde do trabalhador", com o sociólogo do Diesat Francisco José de Souza.

Leia as propostas apresentadas pelo SAEP para combater o assédio material e pelo fim do Banco de Horas:

- Data base unificada, com negociação coletiva nacional (ex.: bancários);
- Não assinatura da convenção coletiva, com vistas do fim do BH. Assim, cria o passivo trabalhista para o empregador;
- Redução vertical do número de horas a serem passíveis de compensação;
- Prazo máximo para compensar o pagamento das HEs;
- Fim da obrigatoriedade da compensação das HEs;
- Compensar nos moldes de 1 por 1 e meia, nos termos da CF/88;
- Compensação de 1 por 2 nos fins de semana e feriados;
- Compensar, com recolhimento do FGTS, com incidência do DSR, sobre verbas rescisórias, férias e 13º, sobre seguro desemprego, insalubridade, periculosidade e adicional noturno;
- Não compensação dos feriados emendados (liberalidade patronal - BH negativo);
- Criar precedente no Judiciário para o enfrentamento da questão;
- Mudar o teor do parágrafo 2º do artigo 59 da CLT;
- Adin contra o parágrafo 2º do artigo 59 da CLT; e
- Ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no STF.

Congresso aprova mínimo de R\$ 545 e política de atualização até 2015

Desse modo, no caso dos trabalhadores das instituições privadas de ensino no DF, haverá em 2012 um substantivo aumento nos pisos da categoria. O que é importantíssimo, pois o salário do segmento é muito baixo

Com folgada maioria, o governo aprovou na Câmara (16 de fevereiro) e Senado (23), o projeto de lei que reajusta o salário mínimo para R\$ 545 e determina ainda política de valorização e atualização do piso nacional até 2015. A proposição foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff no dia 28 de fevereiro (Lei 12.382) para vigorar a partir do dia 1º de março, sem retroatividade.

Pela regra de reajuste, o piso nacional em 2012 terá a reposição do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) mais a variação do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos atrás (2010). Neste caso, cerca de 14%.

A nova lei determina ainda, em seu artigo 2º, aumento real no período de 2012 a 2015 e, no artigo 4º, diz que até 31 de dezembro de 2015 o Executivo enviará ao Congresso projeto de lei para a política de valorização do piso nacional para o período compreendido entre 2016 e 2019.

Dois aspectos merecem destaque

No debate produzido no Congresso acerca do tema, que foi o primeiro "teste de



Foto: Arquivo

Plenário da Câmara no dia da votação do projeto de lei

fogo" da presidente Dilma, merece destaque a coesão da base de apoio do governo na matéria.

Em ambas as casas legislativas – Câmara e Senado – a matéria recebeu mais que o dobro de votos necessários para sua aprovação. Isto configura a expectativa anterior à eleição da força real do governo no Congresso.

O segundo aspecto, este negativo para as oposições, foi o fato de o debate ter ficado "no acessório, centrado no valor de 2011 e na sua publicização por de-

creto, os dois aspectos com maior viés político", chamou atenção em artigo o diretor de Documentação do Diap, Antônio Augusto de Queiroz. "A essência do texto era a política de recuperação do poder de compra do piso brasileiro, que foi ignorado pelas oposições nas discussões no Congresso".

Desse modo, "na gana por expor o governo em relação ao valor e a forma de divulgação do mínimo, as oposições deixaram de conferir a essência do texto, que excluiu do mundo jurídico,

mediante revogação da Lei 12.255/10, o compromisso de aumento real do mínimo no período de 2020 a 2023". Isto, na opinião de Queiroz, era a essência do debate, que passou ao largo no processo de discussão e votação.

Posição das centrais

As centrais, desde o início do debate, em janeiro, depois da edição da medida provisória (dezembro) que elevou o mínimo para R\$ 540, queriam R\$ 580, que correspondia à reposição inflacionária, com ganho real.

No transcorrer dos debates, a CUT continuou defendendo R\$ 580 e as demais flexibilizaram para R\$ 560, sendo que a diferença entre o valor proposto pelo governo e o defendido pelas centrais (R\$ 15) – Força Sindical, UGT, CTB, Nova Central e CGTB – seria antecipação do ganho real que o mínimo terá em 2012.

Nos encontros que antecederam a votação da matéria no Congresso, o governo foi se distanciando das centrais, quando se mostrou inflexível no valor proposto, que culminou envio do projeto de lei aprovado em duas semanas no Legislativo.

Análise da notícia

A lei que institui uma política para o salário mínimo até 2015, deve ser comemorada por todos os trabalhadores.

Não só porque se mantém a política de atualização e recuperação do piso nacional, instituída em 2007, no segundo mandato do ex-presidente Lula, cuja proposta é originária das centrais sindicais, mas, sobretudo,

porque com esta política os pisos salariais das categorias econômicas serão turbinados a partir do próximo ano.

Assim, em 1º de janeiro de 2012, o salário mínimo terá um aumento de 14% - com base na variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), mais o PIB (Produto Interno Bruto) de 2010 – que

elevará seu valor para R\$ 616.

Desse modo, no caso dos trabalhadores das instituições privadas de ensino no DF, haverá no próximo ano um substantivo aumento nos pisos salariais da categoria. O que é importantíssimo, pois o salário da categoria é muito baixo. A razão principal disso é o fato desses pisos salariais serem muito achatados.

SAEP fecha convênios que ajudam categoria

Filiados ao Sindicato já podem aproveitar os descontos oferecidos pelas empresas parceiras

O SAEP tem feito parcerias com empresas prestadoras de serviços e fechado convênios que tornam serviços antes fora da realidade de muitos auxiliares um benefício acessível a toda a categoria.

São oferecidos diversos serviços como assistência saúde, papelaria, assistência odontológica, clubes, cursos profissionalizantes e outros.

O filiado ao Sindicato já pode aproveitar os descontos disponíveis pelas empresas parceiras.

O SAEP prioriza os convênios que contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos auxiliares, ou seja, aqueles planos essenciais que fazem parte do dia a dia do trabalhador.

Agora, além de ser representado e ter seu direito defendido pelo Sindicato, o filiado conta com uma série de vantagens sobre serviços e produtos essenciais.

Em 2011 os diretores do SAEP têm uma expectativa muito grande para a adesão de novos convênios que atendam todas as áreas.

O grande crescimento do número de filiações chama atenção de importantes empresas do DF para a negociação de

convênios, isso beneficia os empresários e garante ao filiado grandes descontos.

Clínica Modelo

A clínica Modelo em Taguatinga fechou recentemente convênio de assistência saúde com o SAEP.

Os valores são a partir de R\$ 49 e variam de acordo com o número de dependente que é adicionado ao plano.

O diretor do SAEP Mario Lacerda ressaltou a importância dos convênios para a categoria. "O sindicato tem uma função social, os convênios trazem aos filiados serviços mais interessantes", destacou.

O coordenador de convênios e diretor do Sindicato, José Edvaldo dos Santos, diz que "a vantagem dos convênios é o desconto oferecido pelas empresas."

"Temos descontos de 10 a 70%, e às vezes até mais que isso. Pelo convênio, esse tipo de serviço se torna acessível para a categoria", disse o diretor.

Os atendimentos oferecidos são:

- Especialidades médicas
- Exames laboratoriais
- Auxílio funeral
- Exames de ecografias
- Exames radiológicos
- Exames complementares

Assistência médica 24 horas por R\$15

A assistência médica é uma segurança para os trabalhadores que precisarem de atendimento em situações de emergência e urgência.

A Prime Assistance oferece serviços de assistência médica para os auxiliares de ensino filiados ao Sindicato por apenas R\$15.

Para os trabalhadores que precisarem do serviço o telefone é 08007240220.

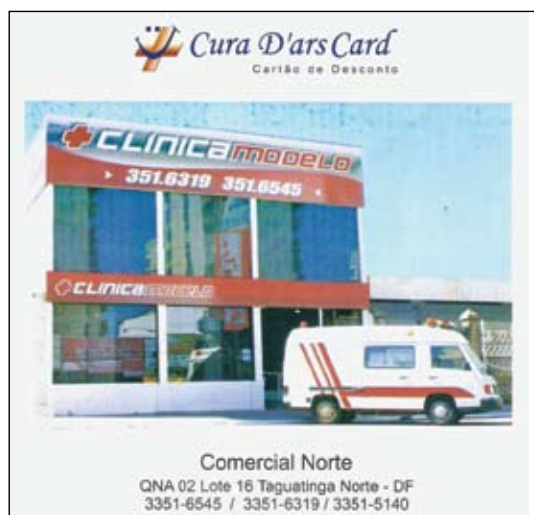
Desconto em medicamentos

Além de contar com assistência de urgência 24 horas por dia, serão oferecidos ainda descontos em mais de 1.800 medicamentos constantes na lista preferencial, os descontos serão de 15 a 60%.

Assistência odontológica

O convênio do SAEP dá direito a assistência odontológica emergencial. Neste caso, o segurado pode desfrutar de vários serviços como: consulta inicial; evidênciação de placa bacteriana, curativo em caso de odontalgia aguda/pauperctomia/necrose; e replante de dente avulsionado, e outras variedades de serviços.

Convênios



Hotel Fazenda - Casa da Vovó



Corretora de Seguros



Cursos Profissionalizantes



W Sete Promotora de Vendas e Negócios Ltda - BV Financeira



Assistência Médica - 24 horas

